



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº 4 – Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 26 de Setembro de 2014

No dia vinte seis de Setembro do ano de dois mil e catorze, pelas nove horas e trinta minutos, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação das atas: 3ª sessão ordinária e 1ª sessão extraordinária realizadas, respetivamente no dia 27 de junho e 25 de julho, do ano em curso.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Informação a prestar pelo 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega, relativa à atividade desenvolvida, por esta Comunidade Intermunicipal;

4.2– Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

4.3– Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2015;

4.4 - Proposta de lançamento da derrama e da definição da respetiva taxa, a incidir sobre o exercício de 2014, para cobrança por parte dos serviços competentes do Estado em 2015;

4.5 - Proposta de fixação, para o ano de 2015, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro;

4.6 - Abertura de procedimento concursal destinado à contratação excecional de seis técnicos, em modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, a tempo parcial, de modo a assegurar as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

atividades de enriquecimento curricular (AEC), nas escolas do primeiro ciclo do ensino básico do Agrupamento de Escolas de Montalegre, ano letivo de 2014-2015 / Ratificação da deliberação tomada pelo executivo municipal em 18.08.2014;

4.7 - Apoio financeiro apresentado pela União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, no valor de € 38.303,10, destinado a suportar os encargos com arruamentos da freguesia;

4.8 – Informação relativa aos contratos de bens e serviços com encargos plurianuais autorizados pelo Executivo, no âmbito de competência delegada, pela Assembleia Municipal de Montalegre, em 20.12.2013;

4.9 – Prestação de Contas do Município, referente ao primeiro semestre de 2014/ Para conhecimento;

4.10 - EHATB, Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM,SA /Informação sobre a situação económica e financeira.

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuiu-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e seis membros. Não compareceram à chamada os deputados Nuno Pereira, Maria Clotilde Gomes, Fátima Crespo, Ana Maria Martins e António Reis.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Marco Sousa, Ana Maria Martins e Rui Duarte.

Não justificaram a falta à sessão anterior Cármen Fernandes, João Soares, José Carlos Costa e Victor Carreira.

Não justificaram a falta à sessão extraordinária os deputados José Carlos Costa e Cármen Fernandes, esta por renúncia ao mandato.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão extraordinária os deputados Joaquim Babo, Sofia Fernandes, Marco Sousa, Sandra Pinto, Domingos Vasconcelos, Fátima Crespo, Bruno Madeira e Jaime Barroso.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, e do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, David José Varela Teixeira, estiveram presentes os Vereadores António Gonçalves Araújo, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz, José Duarte Crespo Gonçalves e Elsa Maria de Moura Minhava.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. O senhor Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia Municipal do pedido de renúncia ao mandato de membro da Assembleia Municipal apresentado por Cármen



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Vanda Machado Fernandes, para o qual havia sido eleita pela coligação “Unidos por Montalegre/PPD-PSD/CDS-PP”. Em sua substituição foi notificada a senhora Albertina Augusta Gonçalves Lopes que, encontrando-se presente na presente sessão e depois de verificada a legitimidade e identidade, foi declarada investida nas funções de membro da Assembleia Municipal.

1 – Apreciação e votação das atas: 3ª sessão ordinária e 1ª sessão extraordinária realizadas, respetivamente no dia 27 de junho e 25 de julho, do ano em curso.

A ata da 3ª sessão ordinária, realizada no passado dia 27 de junho de 2014, foi posta à consideração, tendo os deputados Acácio Gonçalves e Pedro Barroso feito alguns reparos.

O deputado Acácio Gonçalves perguntou quem é que elegeu a deputada Fátima Crespo como representante no ACES.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Na página 19, na resposta do Sr. Vice-presidente à minha questão, vem erradamente escrito “É um dinheiro para apoio à criação de infraestruturas para a agricultura biológica”. Penso que ele se referiu a infraestruturas para “o apoio à criação de porco bísaro”.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com três abstenções dos deputados Marco Sousa, Rui Duarte e José Carlos Costa.

A ata da 1ª sessão extraordinária realizada no passado dia 25 de julho de 2014 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação a ata foi aprovada por maioria com três abstenções dos deputados Marco Sousa, José Carlos Costa e Sandra Rua Gonçalves Pinto.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento

3 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados Manuel Duarte, António Ferreira, João Soares, Acácio Gonçalves, Marco Sousa, Ricardo Moura, Pedro Barroso, José Fernando Moura e José Bento Caselas.

O deputado Manuel Duarte falou nas finanças de Montalegre. Perguntou se estas vão fechar ou não e quais as medidas tomadas relativamente a este assunto. Fala-se numa loja do cidadão e quer saber o que está em causa e onde irá funcionar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que não percebe porque é que o PSD lançou o alerta acerca dos centros de saúde e acusa o Presidente da Câmara de autorizar uma possível perda de valências, quando o secretário da CIM diz precisamente o contrário.

O deputado António Ferreira falou sobre o comunicado lançado pela gente do costume. O comité central do PSD tem a sede no Centro de Saúde de Montalegre.

Disse que o Presidente da Câmara não é, nunca foi e não será maluco. Pelo que ouviu, nenhuma alteração está prevista.

Alertou para uma matilha de lobos que andam a ameaçar os rebanhos de Montalegre. Um lobo mata ovelhas e o parque não paga nada para minimizar os prejuízos. Os animais bravos, sem dono, que provocam acidentes deviam ser da responsabilidade do Estado.

O deputado João Soares disse que faz um ano da tomada de posse deste novo executivo e 25 anos do PS à frente dos destinos do concelho. O PS tem sabido servir o País Barrosão. O Dr. Loureiro deverá ser aqui recordado, pois foi um homem destemido e que venceu muitas dificuldades. Sofreram uma derrota e no meio das derrotas começaram as vitórias. Começaram pelas freguesias e em 1989, o Dr. Pires ganhou a Câmara Municipal de Montalegre, acrescentando confiança dos barrosões. O capital de confiança tem vindo a crescer e basta olhar para as votações. Há um povo que continua a ser bem servido. Celebrar as bodas de prata é um orgulho.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Exma Mesa, Presidente da Câmara Municipal, Senhores Deputados, meus Senhores e minhas Senhoras: A Cooperativa de Barroso de que muito se tem falado e muito pouco tem transpirado publicamente, sobre a qual deseja efetuar algumas perguntas ao executivo uma vez que assumiu, na pessoa do Senhor Presidente, seu promotor e considerado promessa politicamente assumida: Primeiro: existe algum protocolo entre a Cooperativa de Barroso e o Município? Segundo, quais são os encargos que o Município vai suportar, além dos 33 mil euros que despendeu com a batata, distribuída aleatoriamente sem qualquer regulamento? Terceiro, a cooperativa fantasma, de que ninguém sabe, mas que se trata de uma cooperativa de crédito denominada “Cooperativa de Crédito dos Agricultores de Montalegre” referida na convocatória da assembleia geral da Cooperativa do Barroso e vai entrar no financiamento desta, onde funciona, onde tem sede e quem é o Presidente da Direção. Quarto, como o executivo está a entrar em ações pouco transparentes e com objetivos duvidosos e financiamentos substanciais, como será o caso do pagamento da dívida e compra de ações do Matadouro Regional quando é enviada a esta Assembleia Municipal o Plano de Gestão e Riscos de Corrupção e Infrações conexas, que nas palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ex-presidente da Câmara Municipal de Montalegre, tinha sido elaborado e aprovado em reunião de executivo, mas nunca foi aprovado à Assembleia Municipal conforme foi determinado por Despacho do Conselho de Prevenção e Corrupção a nível nacional. Quinto, queira informar esta Assembleia sobre o fundo de apoio municipal que legalmente já existe, que custos vai trazer ao município, já que somos um município confortável economicamente para podermos suportar os calotes dos outros municípios



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

endividados tendo presente o esbanjamento de dinheiro público que este Governo municipal do PS nos está a forçar.

Sexto, a carta aberta que foi dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre e publicada no Jornal Noticias de Barroso, acerca do parque ao qual que lhe atribuíram o seu nome, pela Junta de Freguesia de Montalegre, sem competência para o fazer, uma vez que a Assembleia Municipal não foi ouvida.

Sétimo, voltando ao símbolo municipal que na penúltima assembleia foi aqui abordado, como sendo as armas reais do concelho, chamo a atenção da irresponsabilidade com que se está a tratar este assunto, de que se tratou na penúltima assembleia. Primeiro está provado e transcrito na Revista Flaviense, por quem de direito, como historiador, como estudioso, investigador João Soares Tavares, que as armas reais que ostenta o pelourinho de Montalegre pertencem a D. Sancho I e não a D. Afonso III que atribuiu o foral a Montalegre, por isso o executivo deverá ter a dignidade em reconhecer o que está errado e constituir uma comissão a nível da assembleia Municipal para estudar o caso.

Oitavo, como o assunto das armas reais não é novo, ao contrário do que muita gente pensa. Se bem me lembro, em 2011 veio o autor João Soares Tavares chamar a atenção, pessoalmente, no gabinete da presidência e depois mais tarde, a notícia foi publicada no Jornal Noticias de Barroso, em 17.08.2011 para outro erro corrigir que se tratava também do símbolo das armas reais inserido nos diplomas de mérito atribuídos pelo município, como sendo as armas reais de D. Afonso III, quando elas são de D. Manuel I.

Nono, foi aprovado pelo executivo contratar serviços de assessoria jurídica para o licenciamento zero. Supondo que o município tenha aderido a esse licenciamento zero e pela importância aproximada de 25 mil euros, desejamos saber quem foi o jurista contratado ou melhor, contemplado.

Décimo, Senhor Presidente, a cessação do contrato dos resíduos sólidos urbanos, com a RESINORTE e a RESAT, que custou ao município, no ano passado, 237.796 euros, pela recolha e tratamento de resíduos sólidos no exercício de 2013, este ano foram entregues a uma empresa denominada SUMA (Serviços Urbanos de Meio Ambiente, Sociedade Anónima) que já nos fazia o controlo analítico da água para consumo urbano, que ganhou o concurso pela módica quantia de 1 milhão e 200 mil euros, ou seja, mais 1 milhão do que ano passado. Pergunta-se como é que se entrega um serviço com um valor exorbitante com toda a oficialidade com uma empresa, com sede no litoral, pertencente ao Grupo Mota Engil cujo administrador foi Jorge Coelho, que no dizer de António Seguro "em negociatas não há quem lhe chegue".

Décimo primeiro, a construção da Unidade de Cuidados Continuados em 24.06.2011 foi aprovado, por esta assembleia municipal, o protocolo de apoio financeiro à Santa Casa da Misericórdia de Montalegre para a construção de um imóvel que se encontra em construção em que a cláusula segunda desse protocolo se acorda o seguinte "a conclusão das obras deverá verificar-se ao fim de 18 meses". Na verdade já lá voa 38 meses e a obra está por concluir. Senhor Presidente da Câmara, explique-nos o que é que se passa porque por este andar a Unidade de Cuidados Continuados, já estão quase todas fechadas e a nossa por abrir. A Câmara Municipal de Montalegre através de protocolo acordou pagar empréstimo assumido de 18 mil euros por mês durante 20 anos. Nesta data a Santa Casa da Misericórdia recebeu a título de indemnização a importância de 750 mil euros. Em 2010 recebeu do município 132.440 euros, em 2011



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

recebeu 250 mil euros sendo a primeira verba para o projeto e a restante para a mobília e equipamento e em 2012, recebeu 331 mil euros, em 2013 recebeu 241.839 mil euros, em 2014 recebeu 111.500 euros. Recebeu um total de 1 milhão e 70 mil euros, atendendo a que teve uma comparticipação do Estado de 750 mil euros, com certeza de apoios comunitários. Pretende-se saber qual o montante do empréstimo que a Santa casa pediu e que a Câmara foi avalista e para quando a conclusão e abertura da obra e os motivos do atraso.

Sendo assim, perante a contingência do executivo na pessoa do Sr. Presidente, este grupo municipal do PSD/PPD e CDS/PP, Juntos por Montalegre, apresenta uma reprimenda, esperando que razoavelmente responda nesta assembleia às perguntas que lhe são feitas manifestando-se publicamente por outros meios sobre as denúncias que aqui estamos a apresentar. Assinado, o deputado Acácio Gonçalves.”

O deputado Marco Sousa entregou o seguinte documento à Mesa: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montalegre e respetivos Vereadores, caros deputados municipais.

A minha intervenção antes do período do dia será assente em quatro pontos; Sexta 13, Torneio Municipal de Futebol, Volta a Portugal em Bicicleta e Centro de Saúde de Montalegre.

Relativamente ao evento “Sexta 13” terei de dar os meus parabéns à Câmara Municipal pela organização do evento e, ao contrário de eventos anteriores, promover e conceder a possibilidade de exploração de negócio a todos e quaisquer agentes locais que demonstrem interesse e condições para o efeito.

Sobre o Torneio de Futebol, penso que deve ser reavaliada a forma de organização do torneio, dado que ano após ano perde equipas inscritas (nove este ano), por conseguinte o número de participantes, e no final a perda de valor do evento em si.

Saliento que gostaria de ver Juntas de Freguesias e Associações do concelho mais empenhadas na constituição de equipas promovendo assim uma maior adesão e também uma maior vivacidade do evento. Com efeito, tenho a dar os meus parabéns à participação do Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes e à extinta freguesia de Meixedo.

Defendo também a limitação da participação de equipas e participantes sem qualquer tipo de ligação ao concelho.

Acerca da Volta a Portugal em Bicicleta, tenho a dar os meus parabéns por cumprir uma promessa eleitoral e de considerar ser um evento desportivo que em muito ajuda a visibilidade de Montalegre.

Sobre o Centro de Saúde de Montalegre, tenho somente duas perguntas a fazer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montalegre: qual a sua opinião sobre o Centro de Saúde de Montalegre ter um serviço de Urgência Básica com dois médicos e dois enfermeiros inerentes à própria legislação? E, considerando positivo esse mesmo serviço para a população do concelho de Montalegre, como tem defendido essa posição?

Nota final, gostaria que fosse disponibilizado o estudo de impacto económico elaborado pelo IPAM acerca do ralicross em Montalegre de forma a poder ser analisado e que sempre que haja eventos deste tipo tais como sextas 13, feiras do fumeiro, congressos de medicina popular, etc que esse tipo de estudos sejam efetuados, disponibilizados e avaliados em assembleia municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Ricardo Moura disse que o deputado José Acácio Gonçalves falou da cooperativa fantasma e em corrupção, mas não se pode esquecer do passado.

Disse que ninguém quer que o Matadouro feche e há um senhor associado ao PSD, Manuel Domingos Lopes, com um problema para resolver e o PS local quer ajudá-lo a resolver. Somos solidários. A cooperativa está a dar os primeiros passos e devíamos apoiá-la.

Sobre a Saúde em Montalegre, disse que teve que vir um membro reconhecido do PSD desmentir o comunicado.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exmos. Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas.

Em primeiro lugar queria trazer para debate a questão dos cães abandonados e errantes, um tema que me diz respeito. Acho que a Câmara deve fazer mais, pois não é um bom cartaz turístico chegar à praça do município e ver um grupo de 10 cães vadios/errantes, como já foi observado algumas vezes. Sei que há que trabalhar na educação dos proprietários, mas as brigadas do município também devem trabalhar mais e melhor, sem usar métodos radicais como aconteceu no passado. Ainda uns dias antes da Volta a Portugal morreram alguns cães envenenados e isso ninguém deseja, até pelas suspeitas que deixa no ar.

Apesar de não ter podido estar presente, sei que a Semana do Barrosão correu bem e isso é bom até porque é um evento consensual por valorizar um dos nossos produtos de excelência. No entanto, deixo a sugestão para que na próxima edição o certame também inclua o concurso de Gado, pois não faz sentido estes dois acontecimentos em Salto aconteçam em datas separadas.

Por falar em Salto, e dado que a Câmara tem prestado algumas homenagens, deixo a sugestão que numa próxima oportunidade, seja homenageado nessa vila, um dos mais ilustres Barrosões, o já falecido, Rogério Borralheiro.

Mas o principal tema que trago para reflexão é um artigo de um economista barrosão, muito respeitado por este município, por sinal até socialista, e que vem por a nu as debilidades da governação do nosso concelho nos últimos anos. Um pouco no sentido do que nós temos defendido e criticado. Vem no Notícias de Barroso de 20 Agosto e o título é sugestivo: "É a economia, Estúpido". Ora, numa assembleia em que, por sinal, se vota um imposto sobre as empresas a laborar no nosso concelho, este artigo vem mesmo a propósito. Nele, o Dr. António Chaves deixa implícita uma crítica muito forte à gestão socialista da Câmara, passando um autêntico atestado de incompetência pelas más opções tomadas nos últimos anos e que têm conduzido à falta de oportunidades, desemprego e desertificação. Vou citar alguns trechos: "Cada vez mais se impõe com mais premência uma reflexão ponderada sobre o que, desde há muitos anos, e de modo sistemático, está a fragilizar a região do Barroso. (...) Verificamos que se têm gasto fortunas em formação sem quaisquer resultados visíveis (e aqui acho que o autor deixa implícita a crítica também aos estágios profissionais), que mais se destinam a subsidiar uma realidade não produtiva – uma terapia para reduzir a angústia dos que perderam o trabalho, ou dos que nunca o tiveram – do que um estímulo verdadeiro à capacitação e reconversão profissional dos formandos. (...) é preciso dizer com frontalidade que o problema fundamental do concelho não está na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

perda do emprego, porque nunca houve emprego bastante para isso acontecer aqui. O que há é uma flagrante falta de oportunidades de emprego, envoltos em conteúdos desadequados e inúteis dos programas de formação e da persistência de uma atitude perversa que condena o risco e privilegia o emprego do Estado, onde o vencimento é escasso, mas seguro. (...) – Dirão alguns que os recursos disponíveis são escassos! Então há que saber aproveitá-los com maior e melhor critério, em vez de os alocar a atividades e eventos sem qualquer reflexo no domínio produtivo e do emprego. Isso tem de acabar. Já foi reconhecido que essa forma de fazer política tem os dias contados. É como queimar palhas que rapidamente se transformam em cinzas, dinheiro ardido transformado em cinzas, simplesmente. Nas regiões economicamente deprimidas é a criação de emprego que pode fazer a diferença. Para isso há que promover a instalação de empresas ou fomentar a criação de raiz de um tecido empresarial de pequenas organizações locais centradas no potencial endógeno, ou não, que promovam as aptidões de alguns jovens com perfil adequado, fornecendo-lhes formação com critério e o apoio saudável para que possam em breve caminhar sozinhos. (...) A estratégia de desenvolvimento por parte de muitas câmaras do país limitou-se a iniciativas folclóricas, orientadas para o dispêndio de dinheiro fácil. (...) Impõe-se um novo olhar para o que nos cerca. Abandonem os mitos antigos – a importância do património, as heranças, o sentido de posse, a ânsia pelo poder, o prestígio fugaz. (...) Estou farto de insistir que são as pequenas empresas e as outras o verdadeiro e praticamente único meio de criar riqueza e emprego. Que mais esperamos para caminharmos na direção certa? Assinado, o deputado Pedro Barroso.”

O deputado José Fernando Moura disse que foi atribuído um financiamento de 15 mil euros ao CAVR pela Câmara Municipal. O CAVR tem relação contratual com a IMG e gostava de saber que lugar ocupa Montalegre nesta parceria. Disse ainda que se a Câmara avançasse com a estrada para Chaves, julga que toda a Assembleia apoiaria.

O deputado José Bento Caselas disse que não queria deixar passar em claro a vinda do Senhor Secretário de Estado da Administração Local à sua freguesia e agradeceu o apoio dado pela autarquia.

Disse que vai haver uma sessão pública para incentivar novos empreendedores, decorrente de uma parceria entre a Câmara Municipal de Montalegre, a EDP e a Universidade do Minho e gostava de ter mais esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a vinda do Senhor Secretário de Estado a Travassos do Rio deu boas referências ao Município.

O programa co- empreende resulta de uma parceria com a EDP e a Universidade do Minho que vai permitir que jovens se apresentem, tragam ideias, projetos para que possam ser ajudados a materializar essa ideia e dando apoio na colocação do produto no mercado. Espera que venha muita gente e pede colaboração dos Presidentes de Junta para a divulgação.

Adiantou que para o ano está a ser pensada a atribuição de um prémio para produtores locais, com valor a definir.

Falou do investimento que foi feito no canil de Boticas e que era bom que se rentabilizasse e se pusesse a funcionar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Relativamente aos estágios profissionais, disse que dão conforto e não sabe se algum dia o deputado Pedro Barroso beneficiou de algum.

Sobre as finanças, disse que não há desenvolvimento nenhum. Não está nada na calha, a não ser a conhecida comunicação à Ministra das Finanças (a Câmara ficaria responsável pelos encargos para manter as finanças em funcionamento), à qual não responderam.

Disse que Montalegre vai ter uma loja de cidadão e era hoje o último dia para se indicar os locais para a sua colocação e propôs-se o antigo cartório ou a tesouraria das finanças. Vai-se ver qual a escolha que vai ser feita.

Estiveram nas finanças três estagiários que fizeram um excelente trabalho mas há questões legais que não se conseguiram ultrapassar.

Sobra a SUB Montalegre, disse que se trata de uma comédia, pois nunca esteve com ninguém a falar sobre este assunto. Nunca pediram a sua opinião. O que se tentou fazer porventura foi antecipar alguma notícia privilegiada. Aconselhou a moderação e elevação nas intervenções.

Disse que conheceu o deputado Acácio Gonçalves com vontade de pertencer a uma cooperativa e com certeza teria feito um bom trabalho.

A coopbarroso nasceu para alavancar o processo da batata de semente à qual todos os que se candidataram tiveram direito a ela.

Disse que falta uma gerência na floresta, na pecuária e na agricultura para se poder ir mais além. A Câmara Municipal teve um papel preponderante para a sua constituição, mas esta tem órgãos próprios. A sede da cooperativa e os membros constituintes toda a gente os conhece. À Câmara só cabe cooperar e acarinhar. A cooperativa e o matadouro vão estar interligados. O Matadouro tem dois problemas: de dinheiro e de gestão e a Câmara tem por obrigação resolver esses problemas.

Sobre o assunto das armas reais, disse que este assunto já cheira mal.

Disse que o FAM foi o governo do PSD/CDS que o criou para ajudar as autarquias mal geridas. 140 mil euros para uma autarquia como a de Montalegre, é muito dinheiro.

Disse que o jurista do licenciamento zero irá aparecer e quem lhe dera que em vez de um técnico possa meter dez.

Falou sobre a SUMA e disse que é uma empresa que anda a ser muito falada e com maldade, mas trata-se de um empresa que concorreu legalmente e nem sabe quem são os gestores. O concurso é válido por cinco anos e tem que se dividir 1 milhão pelos cinco anos.

Sobre a Unidade de Cuidados Continuados e a CERCÍ disse que anda a solicitar audiências há mais de um ano sem resultado, o não é uma atitude de governantes. Disse que foi recebido pelo Senhor Ministro que lhe disse que, em todo o país, há muitas situações como a de Montalegre e estes assuntos funcionam em rede. Ficou sensibilizado e agora só nos resta aguardar.

Sobre os lobos, disse que, para eles não comerem ovelhas, alguém lhes devia dar de comer.

Concordou que o futsal devia voltar ao seu modelo original.

Sobre a Volta a Portugal em Bicicleta, disse que, apesar do mau tempo, foi a prova mais vista, mais de 135 mil visualizações.

Disse que todo o trajeto histórico do Partido Socialista foi lembrado e só nos resta continuar a trabalhar e dignificar essa memória.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Sobre os 15 mil euros pagos ao Clube Automóvel de Vila Real, respondeu que estão protocolados e aprovados em reunião de Câmara.

Sobre a estrada de Chaves, disse que esta vai ser feita mas ainda não se sabe como e quando. Há uma ténue esperança de intervenção do poder central mas as exceções são arriscadas.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados António Ferreira, Acácio Gonçalves, Marco Sousa, Domingos Vasconcelos, Pedro Barroso, José Fernando Moura e João Soares.

O deputado António Ferreira, face ao que o Senhor Secretário da CIM disse, complementado pelo o que disse o Senhor Presidente da Câmara, perguntou se a Comissão Política do PSD está à disposição para se retratar do comunicado anterior.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o deputado Ricardo Moura deturpa tudo o que ele diz. Ele disse que não conhecia a Cooperativa de Crédito dos Agricultores de Montalegre, conforme vinha na convocatória para assembleia geral. Se foi erro de comunicação, que o assumam.

Disse que não chamou corrupto a ninguém. Apenas disse que o executivo está a entrar em ações pouco transparentes e com objetivos duvidosos. Perguntou porque razão é que Câmara há- de comprar ações de uma entidade privada que está num estado de falência e a quem é que a Câmara quer fazer jeitos?

Disse que fez perguntas que estão na ordem do dia e às quais o Presidente da Câmara não respondeu. Respondeu que não há protocolo entre a cooperativa e a Câmara. Quanto à sede da cooperativa, disse que deve haver um lapso, pois ele referia-se à cooperativa de Crédito dos Agricultores de Montalegre que não existe.

Perguntou se o plano e riscos de corrupção e infrações conexas está feito pois já devia ter sido apresentado em assembleia municipal.

Ficou a saber que o fundo de apoio municipal é no valor de 140 mil euros durante 5 anos.

Quanto às armas reais, disse que a Câmara continua a adiar mas depois não quer responsabilidades.

A questão da SUMA está fechada e esclarecida pois ele já sabia que a SUMA faz a recolha e tratamento do lixo em quase todo o país.

Sobre a Unidade de Cuidados Continuados, disse que chamou a atenção porque a Misericórdia já lá tem 1 milhão de euros e a obra não se concluiu. Não sabe quanto foi pedido e a Câmara assumiu 18 mil euros.

O deputado Marco Sousa disse que o PSD também se orgulha de ter tido um fundador chamado Dr. Diogo Vaz Pereira que também em muito contribuiu para o desenvolvimento de Montalegre.

Sobre as explicações dadas pelo Senhor Presidente, disse que são totalmente verdadeiras, mas a sustentação do PSD relativamente ao comunicado, é a seguinte: mediante as explicações dadas pelo Presidente da Câmara e sobre a possibilidade de fecho da SUB Montalegre foi publicado no Diário da República, a 10 de abril de 2014, através da portaria nº82 de 2014, a decisão adiada para a próxima legislatura. A coligação "Unidos por Montalegre" considera que o Presidente da Câmara Municipal de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Montalegre falhou, redondamente, na defesa de todos os interesses dos montalegrenses sustentando a afirmação da seguinte forma: Portaria nº82 de 2014 que fala que todos os serviços vão ser continuados nas unidades de saúde a nível nacional. Já foi dito no memorando da Troika que iria haver uma reforma hospitalar em Portugal e uma das medidas era a reorganização. Essa reorganização ia ser feita por um critério economicista, ou seja, se pagava mais e se tinha pouca gente, corta-se. Dentro disto, Montalegre, que tem uma baixa densidade populacional e ia ser abrangido. E também a área de influência direta das valências existentes entre 75 mil habitantes e 500 mil habitantes sem área de influência direta. Montalegre não cobre isto.

No dia 4 de junho de 2014, houve a 27ª Cimeira Luso- espanhola onde houve um encontro com o presidente da CIM e o Primeiro-ministro e foi emitida pela Rádio Renascença e por outros órgãos de comunicação social, um pedido do presidente da CIM que se intitula “Não à desqualificação do interior”. Os autarcas reúnem-se com Paços Coelho e o sucessivo encerramento de serviços é o tema principal.

Apresentou a ata das reivindicações dos Presidentes de Câmara do Alto Tâmega e a reivindicação do Presidente da Câmara Municipal de Montalegre foi no sentido de Montalegre não ter acesso condigno à rede principal de auto estradas, designadamente à A24. E, do ponto de vista da saúde, não fez reparo nenhum.

No dia 16.06.2014, na reunião do executivo camarário, vereadora Elsa Minhava perguntou ao Presidente da Câmara se tinha sido contactado pela ARS- Norte acerca da possibilidade de reestruturação da SUB Montalegre, designadamente quanto ao modelo de funcionamento noturno. Estava a fazer o papel de uma pessoa que quer bem aos cidadãos de Montalegre.

A resposta dada pelo Presidente da Câmara foi de nada saber, não ter sido informado de qualquer medida que esteja a ser pensada pela ARS-Norte para a SUB Montalegre, mas que alguém do secretariado da ARS Norte pretendeu agendar uma reunião, na semana de 23 a 27 de junho, na qual se encontrava de férias, pelo que ainda não se encontra definida qualquer data para o efeito.

No dia 21.06.2014, na I Convenção Autárquica do Alto Tâmega com assuntos relacionados com a saúde e políticas sociais, foi dito que julga que não se vai proceder a nenhuma alteração, mas julgar não é ter a certeza.

Dia 14.08.2014, no jornal “Público”, sai a notícia “Fecho de serviços hospitalares fica nas mãos do próximo Governo”.

Do ponto de vista político, os outros presidentes do Alto Tâmega não foram corretos com Montalegre e por sorte a portaria em questão foi adiada para a próxima legislatura.

Acresce o facto que, do ponto de vista técnico, baseado no primeiro relatório de coordenação da reforma hospitalar de 2012, não constar que a SUB Montalegre não seria para fechar.

Montalegre tem uma média de utentes noturnos de 1.3% e é o mais baixo a nível nacional, mas tem uma grande área geográfica que permite que o serviço da Sub funcione, do ponto de vista legal, com dois médicos e dois enfermeiros. Se se perder essa valência a SUB deixa de existir.

Com tudo isto, a coligação “Unidos por Montalegre” diz que o Presidente da Câmara Municipal falhou na defesa dos interesses de Montalegre simplesmente porque não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

tinha conhecimento e o PSD está sempre na linha da frente na defesa dos interesses de Montalegre.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que ainda não o esclareceram acerca do posto da GNR da Venda Nova.

Sobre os lobos, disse que partilha da ideia do deputado António Ferreira pois o PNPG não é dono de tudo. Os lobos e os javalis destroem tudo e não há responsáveis a quem se possam pedir contas.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Quero que fique bem claro que nunca tive nenhum estágio na Câmara de Montalegre, ou em qualquer uma das Associações subsidiadas pelo município. Apenas tive um apoio que, por sinal, foi do Prof. Orlando, ainda enquanto vice-presidente, quando, há mais ou menos 10 anos atrás, numa conversa que tivemos no seu gabinete, me disse que a Câmara não precisava de veterinário e não tinha medidas de apoio ao emprego ou outras onde eu me pudesse enquadrar, mas que eu tinha uma boa licenciatura e que “me fizesse à vida”. E isso foi uma grande ajuda para mim e, por isso, tenho que lhe agradecer.

De qualquer forma, já aqui o referi antes, eu não sou contra a ideia do programa de estágios profissionais, mas sim contra a forma como se generalizou e banalizou a sua aplicação.

Quanto ao programa Co-emprende, vem com atraso mas merece o nosso louvor, apesar da contradição com que o Sr. Presidente o apresentou, quando disse não acreditar nos economistas. Até porque os economistas não podem ser bons quando nos convém e maus quando se tornam inconvenientes. Assinado, o deputado Pedro Barroso”

O deputado José Fernando Moura disse que ficou contente por o novo plano já contemplar a estrada de Chaves.

Disse que julga que mesmo as Câmaras que têm as contas em dia não podem contratar pessoal.

O deputado João Soares disse que não pôs em causa quem contribuiu para o desenvolvimento do concelho de Montalegre. Falou da comemoração dos 25 anos do Partido Socialista nas responsabilidades autárquicas do concelho. O Dr. Diogo era um adversário político de quem particularmente era amigo, independentemente das divergências políticas.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o Diário da República é um documento muito extenso e o que é relevante é-lhe chegado. Espera um pedido de desculpas pois o que lhe importa é o facto de ter a consciência tranquila. Têm obrigação de se retratar e de saber que não é forma de fazer política.

Sobre a Unidade de Cuidados Continuados disse que o edifício está praticamente concluído, agora falta mobiliário e para ser finalizada na sua totalidade ainda falta um milhão de euros.

Sobre os postos da GNR de Venda Nova, disse que se pagou o projeto e espera-se que se faça luz para se ver o enquadramento nos fundos comunitários pois a Câmara Municipal de Montalegre entra com a comparticipação nacional.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 – Informação a prestar pelo 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega, relativa à atividade desenvolvida, por esta Comunidade intermunicipal;

O Senhor 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega informou a Assembleia e entregou o seguinte documento à Mesa: “Atividades desenvolvidas pela Comunidade Intermunicipal (Informação nos termos do nº 2 do Art.º 90 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro): Instalação e operações necessárias no processo de transição da antiga CIM de Trás-os-Montes para as novas CIM do Alto Tâmega e Terras de Trás-os-Montes; Negociação, preparação e concretização do Acordo de Parceria entre a CCDRN, a CIM – AT e a CIM – TTM para permitir o necessário fluxo de fundos estruturais de apoio, antes previstos para a CIM – TM como único Beneficiário e agora direcionados a dois novos Beneficiários: CIM – AT e CIM – TTM; Reprogramação da Candidatura à Capacitação Institucional (ON2) e dos múltiplos projetos e ações dela integrantes, em função da nova realidade: Avaliação da Subvenção Global e do Programa Territorial de Desenvolvimento de Trás-os-Montes – executado; Estudo de Sustentabilidade das Estruturas da Proteção Civil – validada a primeira fase do trabalho, estando a segunda e última fase em conclusão; Estudo de valorização do potencial Cinegético e Piscícola no território da Comunidade – primeira parte do trabalho já realizada, aguardamos proposta final para validação; Plano da Rede Viária – trabalho em fase final de elaboração; Plano de Ação Territorial para a Promoção do Empreendedorismo no Alto Tâmega – em desenvolvimento; Aquisição de Hardware e Software necessários à CIM para suporte à realização de interesses comuns aos Municípios – em execução; Cadastro da Iluminação Pública – recebemos, recentemente, dados da EDP para confirmação.

Reprogramação da Candidatura para Aquisição de Equipamentos de proteção Individual para 50% dos efetivos dos Corpos de Bombeiros do Alto Tâmega (POVT) – O primeiro concurso foi anulado, por incumprimento dos concorrentes; decorre novo concurso, já foram abertas as propostas e o júri produziu o relatório preliminar.

Reprogramação da candidatura ao POAT, para financiamento a 100% da Elaboração do plano estratégico de desenvolvimento intermunicipal.

No contexto deste trabalho já se realizaram duas ou mais reuniões em cada Município (de âmbito mais restrito ou alargado), sessões de trabalho com diversas Entidades cuja base de atuação coincida, no todo ou em parte, com o território da CIM-AT e ações que envolveram outras CIM.

A CCDRN acompanha, com proximidade, a evolução desta atividade.

Após mais duas reuniões com técnicos dos Municípios, entendemos desenvolver uma nova iniciativa: propostas de Estratégias de Desenvolvimento Territorial no Alto Tâmega – trabalho em curso.

Todas as nossas atividades, neste âmbito, são articuladas com a ADRAT.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Participação ativa, com as CIM – TTM e Douro na conceção, elaboração e seguimento da “Carta de Compromissos de Trás-os-Montes e Alto Douro”.

Acompanhamento do programa de modernização administrativa dos Municípios (SAMA).

Por solicitação dos Senhores Presidentes de Câmara, ou por nossa proposta, devidamente aprovada pelos Mesmos, estabelecemos contacto com os diversos gabinetes governamentais e outras Entidades de relevância estratégica para a região. Nomeadamente: Primeiro-ministro, Ministro de Estado e do Desenvolvimento Regional, Ministro da Saúde, Ministra da Justiça, Ministro da Educação, Ministro da Economia, Ministro dos Assuntos Sociais, incluindo as Secretarias de Estado dos citados Ministérios, CCDRN e outras CIM, IEFP (Norte e Local), DGEST – Norte e Diretores dos Agrupamentos de Escolas de todos os Municípios da CIM.

Organização de Eventos (Vidago) e participação em Eventos (BTL).

Coordenação da Oferta Formativa a nível dos Cursos Profissionais.

Organização de Ações de Formação para colaboradores dos Municípios.

Construção e manutenção da Página WEB.

Publicação de um Desdobrável Promocional do Alto Tâmega.

Mapa Turístico do Alto Tâmega – em andamento.

Disponível para qualquer esclarecimento adicional, sobre estes ou outros assuntos, no campo de atuação da CIM – AT, O Primeiro Secretário, João Batista”.

Inscreveram-se para intervir os deputados Domingos Vasconcelos e Marco Sousa.

O deputado Domingos Vasconcelos perguntou se a estrada Montalegre/ Chaves está contemplada e se há previsão do início da obra.

Perguntou ainda pelo posto da GNR da Venda Nova. Em que ponto de situação se encontra.

O deputado Marco Sousa perguntou qual a posição da CIM relativamente à saúde do Alto Tâmega.

O Senhor 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega respondeu a todas as questões colocadas pelos intervenientes e disse que a estrada Montalegre/ Chaves sempre foi considerada prioritária e é uma luta constante do Presidente de Câmara atual.

Disse ainda que a decisão de se fazer a ponte foi com o intuito de aproveitamento de fundos comunitários e uma forma de pressionar para que haja disponibilidade financeira para a obra.

Disse que Bruxelas não aprovou fundos comunitários para estradas mas a CCDR está a estudar novas fontes de financiamento. No país as vias principais têm que ter ligação a todos os concelhos e Montalegre, está a ser penalizado.

Dar um calendário é prematuro, mas o assunto está em primeiro ponto de negociação. Relativamente à saúde, disse que a criação da Unidade Local de Saúde foi pedida por ele em 2006, como Presidente da Câmara de Chaves, mas continua a haver negociação na Assembleia de República. A Unidade Local de Saúde permitirá uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ligação mais próxima com os centros de Saúde, poupando recursos e os processos fluiriam melhor. Pretende-se que a Saúde seja um bem e um produto de competitividade. O Hospital de Chaves já perdeu valências mas agora já não corre esse risco. Deve haver reforço nalgumas áreas, nomeadamente na ortopedia. Disse ainda que não está prevista alteração na saúde do Alto Tâmega.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2– Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves e Ana Isabel Dias.

O deputado Acácio Gonçalves perguntou qual é a finalidade e atividades da Associação Promoção Terras de Barroso, da Associação Borda d'Água, da Associação Social e Cultural de Paredes do Rio, da Barrosana e do Automóvel Clube de Vila Real pois tiveram aumentos nos subsídios atribuídos e não sabe qual a justificação.

A deputada Ana Isabel Dias congratulou-se com as atividades desenvolvidas pelo executivo. Umas, com as quais se identifica mais ou menos, mas nunca ironizou nenhuma, ao contrário do vereador Duarte Gonçalves que, publica, através das redes sociais, que na “noite branca” em Braga é que está muita gente. Aí sim, o maior evento de rua de Portugal. Mas o evento de rua que o vereador desprezou é um dos grandes eventos da região, região essa que o vereador representa, onde tem responsabilidades autárquicas e por isso responsabilidade acrescida na defesa dessas iniciativas porque noites brancas há muitas e nenhum vereador ridicularizará a sua em detrimento das outras.

Noites brancas há muitas, mas sexta 13 só há uma e é um evento economicamente muito importante para a região onde o vereador Duarte exerce responsabilidades autárquicas e isso devia ser muito significativo.

Excepcionalmente foi concedida a palavra ao Senhor vereador José Duarte Crespo Gonçalves, o qual, no uso da mesma, fez uma intervenção em defesa da honra.

O vereador Duarte Gonçalves disse que cada um se entretém com a novela que quer. Foi uma crítica construtiva pois não concorda com a avaliação relativamente à dimensão da massa humana. Criticou a forma de divulgação e de venda do evento pois convém não defraudar as expectativas de quem nos visita.

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.3– Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2015;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Pedro Barroso.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Penso que no futuro se deve tentar legislar no sentido de acabar com aquilo a que eu chamo a “guerra civil do Barroso”, isto é, a tragédia das casas a ruir, ou já em ruínas e abandonadas, nas nossas aldeias. Da parte do município, acho que pode agir em dois sentidos: beneficiar os proprietários que decidam recuperar esses edifícios, por exemplo, através da isenção de taxas e do apoio para execução de projetos; e castigar aqueles que deixam os imóveis ao abandono, colocando o IMI no máximo e realizando ações de pressão e contraordenações, sobretudo quando se tratar de casas que confrontem com as ruas públicas. Assinado, o deputado Pedro Barroso.”

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.4 - Proposta de lançamento da derrama e da definição da respetiva taxa, a incidir sobre o exercício de 2014, para cobrança por parte dos serviços competentes do Estado em 2015;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Marco Sousa.

O deputado Marco Sousa entregou o seguinte documento à Mesa: “A Coligação “Unidos por Montalegre” vota contra tal proposta, defendendo que “não é de toda verdade que, e conforme o texto da proposta leva a crer, que apenas os bancos, EDP e companhias de seguro são atingidas pela taxa normal de 1,5% proposta, uma vez que estamos a falar de empresas com um volume de negócios superior a 150.000 euros. Não é difícil encontrar por certo outros agentes que atingem este volume de negócio sem sectores ligados à indústria de exploração e transformação de pedra, indústria hoteleira, restauração, turismo, ou mesmo oficinas de reparação automóvel e stands de vendas, entre outros.

Dou como exemplo a Mig 3Car, que basta no seu negócio vender 2400 pneus por ano para exceder um volume de negócios de 150,000€.

2400 unidades x 54,2 euros (preço médio sem IVA) = 130 080 euros adicionado o IVA (23%) fica com um volume de 160000 euros.

2400 pneus por 260 dias úteis = 9.2 pneus por dia.

Significa vender 9 pneus por dia ou seja, mudar de pneus a dois carros.

Tendo em conta que durante a campanha eleitoral do PS umas das propostas seria fomentar a atividade empresarial, não entendemos a lógica subjacente a tal proposta. Saliento que a nível nacional existem 68 concelhos (em 196) com isenção de taxa de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

derrama (essencialmente no interior do país) denotando também que por exemplo os concelhos de Boticas e Vieira do Minho não aplicam qualquer derrama, sendo neste contexto mais apelativos do ponto de vista fiscal traduzindo assim uma desvantagem competitiva para Montalegre.

A coligação "Unidos por Montalegre" entende que para proporcionar um incentivo à economia local dever-se-ia optar por uma isenção de tributação por código de atividade ou mesmo optar-se por uma isenção a empresas com domicílio fiscal em Montalegre. Assinado, o deputado Marco Sousa".

O Senhor Presidente da Câmara disse que se as coisas funcionassem assim, a Câmara Municipal de Montalegre cobraria essa taxa, mas a percentagem cobrada é sobre o lucro e não sobre a faturação.

Deliberação: Aprovada por maioria com cinco votos contra dos deputados Marco Sousa, Carla Ferreira, Pedro Barroso, Alda Malho e Domingos Vasconcelos, e com cinco abstenções dos deputados José Fernando Moura, Isabel Cosquete, Bruno Madeira, Márcio Azevedo e Paulo Pereira.

4.5 - Proposta de fixação, para o ano de 2015, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.6 - Abertura de procedimento concursal destinado à contratação excecional de seis técnicos, em modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, a tempo parcial, de modo a assegurar as atividades de enriquecimento curricular (AEC), nas escolas do primeiro ciclo do ensino básico do Agrupamento de Escolas de Montalegre, ano letivo de 2014-2015 / Ratificação da deliberação tomada pelo executivo municipal em 18.08.2014;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.7 - Apoio financeiro apresentado pela União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, no valor de €, 38.303,10, destinado a suportar os encargos com arruamentos da freguesia;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.8 – Informação relativa aos contratos de bens e serviços com encargos plurianuais autorizados pelo Executivo, no âmbito de competência delegada, pela Assembleia Municipal de Montalegre, em 20.12.2013;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento

4.9 – Prestação de Contas do Município, referente ao primeiro semestre de 2014/ Para conhecimento;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.10 - EHATB, Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM,SA /Informação sobre a situação económica e Financeira;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

5 – Período após a ordem do dia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público, tendo o Senhor Joaquim Gonçalves Fernandes, no uso da mesma, feito uma intervenção.

O Senhor Joaquim Gonçalves Fernandes disse a Câmara Municipal de Montalegre sabe que ele é filho da Inácia da Venda Nova que está no lar. Não tem contador da água em sua casa, no entanto paga mais ela de fatura da água do que ele que a consome. Disse que pagou a uma advogada para lhe tratar deste assunto, já lá foram os fiscais da Câmara e nada fizeram.

Disse ainda que na freguesia da Venda Nova há caminhos públicos que já não limpos há muito tempo e deveriam tomar providências em relação a isso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que estava terminada a discussão da ordem do dia e deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas